

Choque de realismo

Deputada Zulaiê Cobra saúda mudança de posição do PT e relação à Alca

A presidenta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Zulaiê Cobra (PSDB SP), comemora a mudança de posição do PT em relação à negociação da Alca depois que virou governo. Em reunião do Comitê de Análise de Conjuntura Política Brasileira do Amcham-SP, no final de agosto, a deputada disse que perdeu votos nas eleições do ano passado quando circulou na Internet uma lista com nomes de parlamentares que, por apoiarem a negociação da Alca – entre eles, o seu –, não deveriam receber apoio dos eleitores.

“O que se vê hoje é muito diferente. Agora temos um governo federal que se preocupa com a Alca.” O discurso radical das eleições deu lugar a uma posição mais realista. O deputado João Herrmann, do PPS-SP, que integra a base governista, afirmou na reunião que a negociação da Alca será concluída no prazo estipulado, até janeiro de 2005 desde que certas cláusulas de interesse do Brasil sejam respeitadas. “Respeito aos recursos naturais e biodiversidade e livre circulação de trabalhadores” especificou.

Herrmann mencionou divergências de seu partido com o PT em política externa – omissão quanto ao caráter ditatorial do regime de Fidel Castro em Cuba e, no passado, o reconhecimento das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) como representativas do povo colombiano substituído hoje, segundo ele, pelo reconhecimento pleno do governo do país vizinho como único interlocutor do governo brasileiro –, mas elogiou a condução das relações internacionais. “É uma política não mais de país emergente mas de potência emergente”, classificou. Herrmann sustentou, em tom elogioso, que há na prática dois ministros das Relações Exteriores, o titular do Itamaraty, Celso Amorim, que é “ministro para dentro”, e o assessor especial do presidente Marco Aurélio Garcia, que é “ministro para fora” do País, sem ver nisto obstáculo a uma ação coerente.

Já a deputada chamou a atenção para as fragilidades das Forças Armadas brasileiras, submetidas há anos a severas restrições orçamentárias, “apesar do excelente trabalho que realizam” e de sua importância estratégica mesmo em tempo de paz, que muitas vezes não é compreendida pelo próprio governo.

Zulaiê propôs uma maior participação do Congresso na definição da política externa. “O Parlamento tem que discutir as questões antes que elas sejam resolvidas pelo governo” pregou. “Não podemos apenas ratificar o que já foi decidido.”

Por um protagonismo comercial

Se há quem diga que o governo Lula apenas dá continuidade ao que foi iniciado por Fernando Henrique Cardoso, Álvaro Novis, da Odebrecht S.A., afirmou que existem diferenças fundamentais nas políticas externas dos dois governos. "FHC passou anos exilado, o que se refletiu na sua gestão, pois ele se dedicava a inserir o Brasil no contexto internacional pensando de fora para dentro", explicou. "Lula, no entanto, cresceu tentando entender o Brasil de dentro para fora."

Novis disse que caberá ao setor privado "substanciar muito do que se pretende" com as negociações comerciais internacionais, dando como exemplo a integração física da América do Sul, que está avançando. O executivo recomendou uma visão pragmática das relações com os Estados Unidos, porque "não é o governo que determina a política econômica americana, são as grandes empresas", que agem por meio de *lobbies* muito eficientes.

Mais pragmatismo

O cientista político Murillo de Aragão, presidente do Comitê, recomendou que se use na política externa um discurso menos político, menos ideológico, e mais pragmático. "Muitas vezes vemos as relações internacionais de um ponto de vista romântico", disse. O pragmatismo pode ser traduzido por uma maior ênfase na questão comercial. "É importante um maior protagonismo comercial do Brasil", destacou.

Citando o exemplo do Lloyd's Bank, que tem planos de encerrar suas operações no Brasil, Aragão afirmou que o País está deixando de se tornar atraente para investidores estrangeiros. "A questão do desinvestimento deveria preocupar a Comissão de Relações Exteriores", sugeriu, "assim como a posição de grande número de parlamentares em face dos Estados Unidos".

"Faltam regras claras", cobrou o presidente do Comitê de Legislação da Amcham-SP, Fernando Pinheiro. "Para os empresários, faltam consistência e estabilidade", lamentou o presidente do Conselho da Câmara Americana e do Conselho de Administração da Dixie-Toga, Sérgio Habersfeld.

Habersfeld historiou os percalços de sua empresa diante das mudanças de política do governo federal. "Em 1963, o governo de João Goulart incentivou os empresários a exportar", exemplificou, exibindo anúncio publicado então na revista 4 Rodas. "Mas em 1986, na época do Plano Cruzado, quando 33% do faturamento da Dixie-Toga provinham de exportações, das quais metade para os Estados Unidos, fui convocado pelo governo e intimado a parar de exportar, caso contrário seria acusado de falta de patriotismo."